

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO - ILAESP

**A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA
DEPENDÊNCIA**

A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)

Alexandre Andreatta

Foz do Iguaçu
2014

**A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA
DEPENDÊNCIA**

A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)

ALEXANDRE ANDREATTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal da Integração Latino-americana
como requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza

Co-orientadora: Profa. Dra. Luisa Maria Nunes de Moura e Silva

Foz do Iguaçu
2014

Aprovado em 15/07/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Profa. Dra. Tereza Spyer Dulce
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Profa. Dra. Luisa Maria Nunes de Moura e Silva
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

Prof. Dr. Ramón Blanco de Freitas
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Orientador Dr. Nilson Araújo de Souza, e à minha co-orientadora, Profa. Dra. Luisa Maria Nunes de Moura e Silva, que acolheram minha pesquisa e com paciência e elucidações importantes contribuíram de forma significativa para a evolução não só deste trabalho, mas sim do meu pensamento político e acadêmico.

Aos professores Dra. Tereza Dulci Spyer e Dr. Ramón Blanco de Freitas pelas considerações e apoio essenciais para consolidação deste trabalho.

Aos amigos e mestres, Paulino Motter e Moacir Ferreira, que muito diretamente fizeram parte da minha formação profissional e política.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje me faz vislumbrar um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

A todos que de alguma forma me fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Dedico esse trabalho à Artêmia Scherer.

**“El subdesarrollo no es una etapa del
desarrollo. Es su consecuencia.”**
Eduardo Galeano, Barcelona, abril de 1978.

Resumo

Os estudos sobre as questões envolvidas no debate do subdesenvolvimento x desenvolvimento da região latino-americana e do papel dos processos de integração regional para superar esta contradição que se desenvolveram a partir da CEPAL, através de “um capitalismo sui generis”, abriram várias linhas de discussão teórica e metodológica para o entendimento dessas realidades, sobretudo nas ciências econômicas e políticas, na sociologia e filosofia. Estas discussões se consolidaram a partir dos anos 1970. De todas as teorias de desenvolvimento, a da dependência é a única que acentua a dimensão internacional como contexto que dialoga com as situações de desenvolvimento interno das sociedades latino-americanas. O objetivo deste trabalho basear-se-á no estudo da integração regional latino americana dentro da perspectiva da teoria marxista da dependência, sobretudo nas análises de Ruy Mauro Marini, examinando a constituição da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América.

Palavras-chave: América Latina, Integração, Teoria da Dependência, Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).

Resumen

Los estudios sobre los temas involucrados en el debate del subdesarrollo x desarrollo en la región de América Latina y el papel de los procesos de integración regional para superar esta contradicción que se desarrolló a partir de la CEPAL, a través de un "capitalismo sui generis", se abrieron varias líneas discusión teórica y metodológica sobre la comprensión de estas realidades, sobre todo en la ciencia económica y política, la sociología y la filosofía. Estos debates se han consolidado a partir de la década de 1970. De todas las teorías del desarrollo, la dependencia es la que hace hincapié en la dimensión internacional como un contexto que habla de situaciones de desarrollo interno de las sociedades latinoamericanas. Este trabajo se basa en el estudio de la integración regional de América Latina desde la perspectiva de la teoría de la dependencia marxista, sobre todo en la Ruy Mauro Marini analiza el examen de la constitución de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de nuestra América.

Palabras-clave: Latinoamérica, Integración, Teoría de la Dependencia, Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA).

Índice

Resumo	i
Resumen	ii
Glossário	iii
Introdução	1
Metodologia	1
Estrutura dos capítulos	1
Capítulo 1 – Precedentes e Alicerces Teóricos	3
1.1 O estruturalismo Cepalino	3
1.2 Críticas ao modelo de desenvolvimento	6
1.3 A Teoria Marxista da Dependência	8
Capítulo 2 – A Integração Latino-americana na perspectiva da Teoria da Dependência	13
2.1 A alternativa latino-americana	13
2.2 Integração e Inserção Internacional	15
2.3 Integração popular	18
Capítulo 3 – A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América	21
3.1 A Alternativa Bolivariana de Integração Regional	21
3.2 Constituição e atuação	22
3.3 Avanços da integração pela ALBA	26
Conclusão	30
Referências	33

Glossário

ALBA: organização internacional constituída na cidade de Havana, capital de Cuba, em 14 de dezembro de 2004, como um acordo entre Venezuela e Cuba. Em 29 de abril de 2006, a Bolívia (tendo Evo Morales como seu presidente) somou-se ao grupo a partir do Tratado de Comércio dos Povos, termo que foi acrescentado ao nome oficial do bloco, que resultou na sigla ALBA-TCP. Atualmente a ALBA-TCP é composta por oito países, sendo que quatro deles possuem governos de cunho socialista. Além de Venezuela, Cuba, Bolívia, aderiram ao bloco: Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

BID: organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, Estados Unidos, e criada no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos viáveis de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe. Atualmente o BID é um dos maiores bancos regionais de desenvolvimento a nível mundial e serviu como modelo para outras instituições similares a nível regional e sub-regional.

CARICOM: é um bloco de cooperação econômica e política, criado em 4 de Julho de 1973, formado por 15 países e 5 territórios da região caribenha. Busca incentivar a cooperação econômica entre os membros, a organização participa da coordenação da política externa e desenvolve projetos comuns nas áreas de saúde, educação e comunicação.

CEPAL: criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros.

MERCOSUL: organização intergovernamental, constituída atualmente por 5 Estados-membros, que busca através da integração dos Estados Partes a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), e a adoção de uma política comercial comum, assim como a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, além da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

OMS: é uma organização criada com o objetivo de supervisionar e liberalizar o comércio internacional. Lida com a regulamentação do comércio entre os seus países-membros; fornece uma estrutura para negociação e formalização de acordos comerciais e um processo de resolução

de conflitos que visa reforçar a adesão dos participantes aos acordos da OMC, que são assinados pelos representantes dos governos dos Estados-membros e ratificados pelos parlamentos nacionais.

PDVSA: é uma empresa estatal venezuelana que se dedica a exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo da Venezuela. Fundada em 1976, a PDVSA é a terceira maior empresa da América Latina, depois da brasileira Petrobras e a mexicana Pemex.

PETROCARIBE: é uma aliança em matéria petroleira entre alguns países do Caribe com a Venezuela. A iniciativa por parte do Governo Bolivariano da Venezuela leva como objetivo uma aliança que consiste em que os países caribenhos comprem o petróleo venezuelano em condições de pagamento preferencial.

TELESUR: é uma rede de televisão multi-estatal para a América Latina, com sede na Venezuela. Iniciou suas transmissões em 2005, foi criada numa parceria que é financiada pelos governos da Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia e Uruguai.

UNASUL: é uma organização intergovernamental composta pelos doze Estados da América do Sul. Foi fundada dentro dos ideais de integração sul-americana multissetorial, conjugando as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina (CAN).

Introdução

A contribuição teórica formulada por Ruy Mauro Marini será aqui apresentada com o objetivo de estudar e compreender o processo de integração latino-americano, particularmente a constituição da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA, com base na teoria da dependência. Logo, este trabalho constitui uma análise dos principais argumentos sobre a forma como a relação de dependência aos países centrais condiciona os processos de integração nos países periféricos.

Propõe-se, então, uma tentativa de identificar o desenvolvimento de tais argumentos em três capítulos, além desta introdução e conclusão, de acordo com a evolução das ideias conceituais sobre a Teoria da Dependência, a análise dos processos de integração latino-americana pela teoria marxista da dependência e uma análise de indicadores concretos de cooperação entre os países integrantes da ALBA.

Metodologia

A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa através de diferentes materiais selecionados, livros, teses e artigos, tanto impressos quanto eletrônicos, assim como jornais e portais oficiais. As notas tomadas durante as discussões do Grupo de Estudos sobre Teoria da Dependência - GETD, também fizeram parte do trabalho final.

Acredita-se que esta sistematização consegue reunir as principais ideias formuladas pelo autor, pois abrange a gênese da Teoria da Dependência, a sua afirmação e a renovação das ideias da integração constituídas nos novos enfoques e marcos conceituais de referência como o socialismo do século XXI.

Estrutura dos capítulos

O primeiro capítulo do trabalho constitui uma apresentação geral da Teoria da Dependência, tratando da sua grande contribuição às Ciências Sociais, acentuando a dimensão internacional como contexto que dialoga com as situações de desenvolvimento interno das sociedades latino-americanas. Pois a categoria de “dependência” constitui um conceito teórico de status próprio, o capitalismo dependente conforma um sistema de legalidade própria que precisa ser reconhecido para se compreender sua dinâmica.

O segundo capítulo busca analisar a integração latino-americana na perspectiva da teoria da dependência. Recorrendo a Ruy Mauro Marini, percebe-se que, de todas as teorias do desenvolvimento, a da dependência é a única que acentua a dimensão internacional como contexto que dialoga com as situações de desenvolvimento interno das sociedades latino-americanas. Portanto, a integração contra a dependência e pelo desenvolvimento não deve ser algo de interesse apenas econômico e de governo. Ela tem que ser entendida como capaz de convocar à participação ativa de todos os setores do povo na convergência de ações para a política e cultura.

O terceiro e último capítulo avalia o processo de constituição e atuação da ALBA baseado em documentos, discursos e análises oficiais. Buscaremos aprofundar os estudos do papel da “integração regional” na superação das situações de não desenvolvimento dos países do bloco de maneira a compreender os mecanismos que se utilizam da solidariedade na adoção de medidas que envolvem membros com diferentes níveis de desenvolvimento interno. Utilizaremos conceitos e categorias sobre a América Latina, desenvolvidos por Ruy Mauro Marini para a interpretação dessas situações.

Capítulo 1 – Precedentes e Alicerces Teóricos

O final dos anos 1960 permanecerá como momento de importante transição na América Latina. Os estudos sobre as questões envolvidas pelo debate do subdesenvolvimento x desenvolvimento da região latino-americana e do papel dos processos de integração regional para superar esta contradição que se desenvolveram a partir da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, abriram várias linhas de discussão teórica e metodológica para o entendimento dessas realidades, sobretudo nas ciências econômicas e políticas, na sociologia e filosofia (estando aí contidas discussões no campo das ideologias, da cultura, da educação, da comunicação). Estas discussões se consolidaram, a partir dos anos 1970, através de autores que se debruçaram sobre este tema, quer ao nível de aparato do estado, por meio de políticas públicas, quer na academia, em linhas conceituais de pesquisa e de construção de modelos de análise.

Este trabalho permeará a obra de Ruy Mauro Marini, um dos principais intelectuais latino-americanos. Seu vasto legado é marcado pelo uso dialético do método marxista para compreender a realidade latino-americana e o desenvolvimento da economia mundial.

Partindo de uma análise crítica, sua interpretação dava-se em resposta à crise do desenvolvimento nos anos 1950, pautada no produto das lutas dentro da esquerda. Sua preocupação era mostrar a responsabilidade da burguesia dos países centrais, as elites locais dependentes inclusive industriais, pelo subdesenvolvimento, rejeitando fundamentalmente a interpretação nacional-burguesa, pautada na ideia do desenvolvimento econômico como resultado de uma revolução nacional e capitalista.

1.1 O estruturalismo Cepalino

Baseado na meta de crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, com participação ativa do estado, o entendimento do desenvolvimento pela CEPAL dava-se enquanto um *continuum* evolutivo.

Os países avançados se encontrariam nos extremos superiores desse *continuum*, que se

caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral, pelo qual todos os países que se esforçassem para reunir as condições adequadas para tal deveriam passar. Enquanto isso, as nações atrasadas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização.

Os autores cepalinos trabalharam, desde seu início, a questão do subdesenvolvimento vinculada à temática da “integração” vendo este processo como forma de superar o subdesenvolvimento. Esta tendência acentuou-se na década de 1960 quando Raúl Prebisch, junto de Felipe Herrera (primeiro presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento), destacaram que esta perspectiva teve resultados concretos com a assinatura do Tratado de Montevideu e a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, e a criação do Mercado Comum Centro-Americano e, posteriormente, o Pacto Andino, dentre outros. No Brasil, foi Celso Furtado quem levou adiante a significativa experiência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, para realizar a integração interna do Nordeste à economia nacional e assim vencer o subdesenvolvimento daquela região.

Estas contradições e conflitos determinados via incapacidade do capitalismo desenvolver e reproduzir nos países da região experiências de desenvolvimento, segundo economistas, sociólogos, filósofos e cientistas políticos, consolidaram a “desintegração” continental, estruturando uma situação de isolamento entre si das sociedades latino-americanas. Esta situação teve como consequência o enfraquecimento de seu desenvolvimento interno, gerando uma situação desfavorável em sua inserção na ordem mundial. Segundo Marini, a integração foi planejada para solucionar dificuldades encontradas pelas burguesias industriais dos países de maior desenvolvimento relativo e para viabilizar as inversões estrangeiras na indústria, contando, por isso, com o beneplácito dos Estados Unidos. (Marini, 1993)

Aquelas formulações teóricas vinculam as concepções de desenvolvimento e integração e, em seguida, suas análises evidenciam a relação simbiótica entre os processos de desintegração e subdesenvolvimento interno dos países periféricos (América Latina e do hemisfério sul de um modo geral) com o desenvolvimento e integração das sociedades ao nível mundial.

Nos países da América Latina, as questões do desenvolvimento foram tratadas tradicionalmente pelas ciências econômicas e sociais como uma questão interna aos países, e a questão da integração regional no nosso continente teve como referência o modelo europeu e foi centrada na criação de mecanismos estimuladores da industrialização como veículo da modernização e do crescimento econômico. Esta perspectiva sofreu uma inovação a partir da concepção das relações centro-periferia que percebia na união de forças uma alavanca para alcançar tanto a identidade sociocultural regional (retomando os sonhos bolivarianos) como os esforços necessários para vincular a América Latina ao desenvolvimento científico e tecnológico em marcha mundial. A perspectiva estrutural cepalina acerca das causas e condições do subdesenvolvimento e dos modos de superar os obstáculos ao desenvolvimento foi, e ainda é, a teoria do desenvolvimento mais influente que até agora se produziu na América Latina.

Ainda que enfatizasse, no seu início, sobretudo os aspectos econômicos do subdesenvolvimento x desenvolvimento, já na década de 1950, quando seus pensadores passaram a ocupar-se das condições sociais do desenvolvimento econômico, incorporou elementos provenientes da sociologia, da antropologia e de outras ciências sociais em suas análises e projeções.

As ideias formuladas buscaram identificar tanto os problemas resultantes da tardia industrialização da periferia, impulsionada no pós Segunda Guerra, como suas raízes provenientes de períodos históricos anteriores, como a revolução industrial, no século XVIII, e seus desdobramentos sobre a evolução do capitalismo mundial. (Santos, 2008, P.5)

Para o diagnóstico dos dilemas do desenvolvimento latino-americano, a CEPAL partiu de uma crítica à teoria clássica das vantagens comparativas utilizando as categorias de centro e periferia para mostrar que as relações econômicas sob o capitalismo tendem a reproduzir as condições de subdesenvolvimento e a aumentar a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. (CEPAL, 1969, P.61).

A razão disso estaria no fato de a taxa de crescimento da produtividade ser maior na indústria manufatureira dos países centrais do que na produção de bens primários nos países periféricos sem que esse crescimento se disseminasse via uma equiparação de preços em direção à produção primária (como supunha a teoria clássica). O resultado seria a tendência, em longo prazo à deterioração dos termos de intercâmbio em detrimento dos produtos

primários e a concentração, também tendencial, do progresso técnico nos países produtores de manufaturas ou centrais.

En efecto, la dinámica de la economía regional seguía caracterizando se por su dependência en materia de bienes manufactura dos en relación a los centros avanzados. La industrialización modificará el problema pero no lo suprimirá, limitándose a substituir la importación de mercancías destinadas al consumo final por la de insumos y equipo lo que implicaba la necesidad de contar con una mayor cantidad de divisas. Por otra parte, la capacidad para importar dependía de los precios alcanzado sen el mercado mundial por bienes que eran prácticamente los mismos, es decir, que no incluían a las manufacturas resultantes del nuevo sector industrial. Com ello, el crecimiento de éste se veía subordinado a la limitada cantidad de divisas logradas com la exportación de produtos tradicionales. (Marini,1993)

O funcionamento dinâmico da divisão internacional do trabalho reproduz de forma permanente esta dicotomia ao ponto de a periferia tender a transferir parte do fruto de seu progresso técnico aos centros, enquanto estes retêm o seu próprio.

Pode-se identificar que a evolução das ideias básicas dessa teoria cepalina do subdesenvolvimento caminhou de acordo com a realidade econômica dos países latino-americanos. Ou seja, à medida que esses países se industrializavam e apresentavam novos problemas internos relacionados ao seu padrão de desenvolvimento, a teoria se adequava de modo a diagnosticar e resolver os desequilíbrios apresentados por essas economias.

1.2 Críticas ao modelo de desenvolvimento

Da parte de uma intelectualidade que se formara sob a influência de uma crise e sua crítica ao modelo de desenvolvimento, começaram a articular-se objeções a essa tese desenvolvida pela CEPAL, ao mesmo tempo em que estavam sendo feitas importantes reformulações das posições marxistas que ultrapassavam muitas vezes os limites do próprio marxismo. Eram resultados de reflexões sobre casos como a revolução cubana e outras situações de mudanças em países como Venezuela, Colômbia e Peru. Foram estes os antecedentes mais imediatos do dependentismo, que como corrente estruturada de pensamento buscou explicar metodologicamente a relação de submissão entre os países no sistema internacional

Ou seja, os processos de mudanças experimentados pela grande maioria dos países latino-americanos repercutiu sobre o pensamento crítico da região dando lugar ao surgimento deste novo paradigma teórico que, simultaneamente, questionava e punha em dúvida as afirmações das ordens teórico-metodológicas anteriores.

Antes que, no início dos anos 1960, o alemão Andre Gunder Frank fizesse alguns estudos concretos sobre problemas do subdesenvolvimento na América Latina, especialmente Brasil e Chile, e em torno de temas relacionados com a suposta presença do “feudalismo” nas estruturas econômicas, social e política da região, o ucraniano Paul Baran já havia escrito a *Economia Política Del Crecimiento*, obra em que dedicou 3 extensos capítulos às origens e morfologia do atraso e onde discutia como o desenvolvimento do capitalismo europeu havia engendrado o subdesenvolvimento naquelas regiões para onde se expandiu.

Um dos principais objetivos de trabalhos posteriores de Frank foi demonstrar a inveracidade das análises que viam a influência do “feudalismo” como obstáculo ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Pois as contradições observadas relacionavam-se à expropriação do excedente econômico da maioria e a sua apropriação pela minoria; a polarização do sistema capitalista num centro metropolitano e em satélites periféricos; e a continuidade da estrutura fundamental do sistema capitalista ao longo da história da sua expansão e transformação, por causa da persistência ou reprodução dessas contradições em todas as partes e o tempo todo. Ou seja, o subdesenvolvimento é produto necessário de quatro séculos de desenvolvimento capitalista e de suas próprias contradições. Gerando subdesenvolvimento nos países satélites periféricos expropriados, ao mesmo tempo em que alimentam desenvolvimento nos centros metropolitanos que se apropriaram do excedente econômico daqueles. (Frank, 1970. P. 15)

Sendo assim, podemos compreender a dependência como sendo uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual se está subordinada.

Ainda no decorrer dos 1960, autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto demonstram que outro antecedente destacado do surgimento de novas abordagens foi o próprio pensamento cepalino ao qual eram emitidas críticas sobre o tipo de novas abordagens aos problemas observados até então. Estes autores mantiveram o axioma cepalino centro e periferia mais redefiniram o conceito de dependência explícito nele. Para o cepalismo (em seus dois

momentos), este se refere ao externo, à dependência econômica da reprodução material das sociedades submetidas a ela pelos países centrais, ou seja, do sistema da divisão internacional do trabalho. Cardoso postula a dependência no que se diz respeito diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando as vinculações entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo.(Cardoso, 1969. P. 24)

A CEPAL, ao concentrar sua análise na questão da endogeneização do progresso técnico e da distribuição de renda, acabou incorrendo em um economicismo e em um reducionismo analítico tal que não permitiu que se aclarasse qual era de fato o problema das economias periféricas: a fragilidade concernente à conformação e articulação das estruturas sociais e à forma como seus interesses são representados no interior do Estado. (Gracioli, 2007. P.3) Ou seja, é a partir das estruturas de dominação que os padrões de desenvolvimento são articulados, e a dependência, que constitui o paradigma do desenvolvimento para as sociedades latino-americanas, cabe a instância política nacional instituir padrões de dominação que oscilam entre o estancamento e a autonomia. O desenvolvimento é, em si mesmo, um processo social. Segue-se disso que as possibilidades de desenvolvimento dependem tanto das ações políticas quanto do surgimento de novos atores sociais. (Ibid., P.4)

1.3 A Teoria Marxista da Dependência

A inovação do enfoque dependentista deu origem a uma onda de análises e teorizações em vários países da América Latina, e a crise econômica e política dos anos 1970 e a instalação da nova divisão internacional do trabalho, com a reestruturação industrial e a expansão das grandes empresas com a abertura de filiais em países periféricos, insipidamente industrializando-os. Entretanto, esse processo de industrialização é desigual, pois os tipos de indústria e tecnologia empregados não são os mesmos das matrizes assim “certificou” as análises dependentistas na medida em que evidenciou que a relação entre os países em que o capitalismo estava instalado e em pleno desenvolvimento e os demais que, embora possuindo riqueza em matérias-primas, não dispunham de capital próprio para explorá-las, era uma relação parasitária. Estas abordagens dependentistas foram consideradas “enfoques” até que, a partir dos trabalhos de Theotonio dos Santos (1970 e 1972), Ruy Mauro Marini (1971 e 1973)

e Vania Bambirra (1974) se constituiu a vertente marxista da “teoria da dependência”.

Tal corrente não secundariza uma visão emancipatória e programática, pois são analisadas pela via da luta de classes. Embora se ponha ênfase nas dificuldades de afirmação do socialismo na periferia de um sistema mundial capitalista, se reconhece a possibilidade de se estabelecer um padrão de desenvolvimento alternativo à dependência, com maior ou menor horizonte, quanto maior seja seu impacto a configuração da economia mundial, tal alternativa é inerente ao socialismo.

Para Dos Santos (1972, P.42) o conceito de dependência adquire status teórico próprio ao ser definido como uma situação condicionante na qual certo grupo de países tem a sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida, e ao conceber-se que uma situação condicionante determina os limites e as possibilidades de ação e comportamento dos seres humanos.

A categoria da dependência aparece assim como um instrumento de análise fundamental de nossa realidade. Em essência podemos compreender hoje em dia que o desenvolvimento de nossos países tem os seus padrões particulares, que estão dados pela situação de dominação a que estamos submetidos econômica, social e politicamente. Estes padrões específicos determinam um tipo de desenvolvimento dependente que tem como característica fundamental o de fazer-se com critérios duplamente exploradores. (Dos Santos, 1972, P. 42).

Enquanto Vânia Bambirra estabelece uma tipologia dos países dependentes na América Latina e tenta explicar as fases históricas de sua evolução segundo o critério da divisão social do trabalho; o tema da dupla exploração ou superexploração é discutido por Marini e desenvolvido de forma sistemática. Para Marini,

[...] A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, quer dizer, que a acumulação passe a depender mais do que do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. Contudo o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite a região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, se dará fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. (Marini, 1973, P.23)

Ou seja, segundo Marini quanto mais se (sub)desenvolver a América Latina, mais se sobre impõem a exploração via maior exploração direta do trabalho e a exploração via

capacidade produtiva do mesmo. Este processo é conceituado como “super-exploração do trabalho”, termo que aparece na polêmica da teoria da dependência como uma de suas pedras angulares.

A superexploração é o resultado de compensações que visam neutralizar transferências de mais-valia dos capitais de menor intensidade tecnológica para aqueles que desfrutam de situação monopólica. Estas transferências se originam nos processos de concorrência inerentes à circulação do capital e são impulsionadas, principalmente, pela mais-valia extraordinária, mas também pelos preços de produção. A mais-valia extraordinária assume uma forma intersetorial concentrando progresso técnico no segmento de bens de consumo suntuário e criando demanda para a expansão de suas mercadorias pela substituição de força de trabalho por maquinaria. Desta forma, sustenta os seus preços, apesar de desvalorizar individualmente o produto. (Martins, 2013,p.2)

Outra formulação importante é a de que a dependência econômica também provoca a fratura do consumo popular, levando à quebra pequenas e médias industriais locais e nacionais; e, por outro lado, com a elevada concentração de níveis de renda, amplia, para uma elite minoritária, o consumo de bens suntuários, geralmente importados. Mas uma importante formulação de Marini, com a colaboração de Nilson Araújo de Souza, seu orientando no doutorado, enquadra-se no conceito de padrão de reprodução de capital com o qual pretendia abarcar a identificação de variáveis e indicadores capazes de formar um quadro realista dos processos de situação de dependência dos países latino-americanos.

Por meio dos pesquisas, análises e discussões do Grupo de Pesquisa em Estudos da Teoria da Dependência – GETD tem-se como as principais categorias postas em evidência no conceito de reprodução do capital a **Dupla acumulação do capital** com a contribuição simultânea para a acumulação nos países centrais e internamente, nos próprios países ou regiões; a **Superexploração do trabalho**, com o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor nos países periféricos; A **Inovação tecnológica localizada**, na capacidade de inovação limitada a setores específicos nos países periféricos inseridos na divisão internacional do trabalho e segundo sua especialização na exploração de matérias-primas; o **Subimperialismo**, em que a situação de países periféricos serviria de correia transmissora entre o capital financeiro dos países centrais e outras economias periféricas menos desenvolvidas, acompanhada da construção de um Estado militarista; o **Estado dependente e ausência de democracia**, na impossibilidade de democracia real nos países dependentes até suas próprias classes dominantes, tendo em vista seu grau de associação e comprometimento

com os interesses das classes dominantes internacionais, diga-se capital financeiro; e por fim a **Colonização cultural, científica e de informação**, caracterizada pela compreensão das realidades locais e regionais a partir do ponto de vista das classes dominantes externas e das grandes corporações da informação.

É neste contexto que surgem novos enfoques e teorias que oferecem marcos conceituais de referência para o entendimento das condições de reprodução do sistema capitalista em países latino-americanos e de situações políticas desde as ditaduras às configurações recentes do Estado em alguns países da América do Sul como Venezuela (socialismo do século XXI) e países andinos como Bolívia (Estado Plurinacional), bem como Brasil (Estado distributivo através de políticas públicas).

Reverter essa situação e tarefa hoje prioritária. Para isso, é necessário retomar o fio do pensamento crítico da esquerda naquele ponto em que ele alcançou um nível mais alto e que corresponde à teoria da dependência. Impõe-se, de fato, um empenho na construção de uma teoria marxista da dependência, recuperando sua primeira afloração dos anos vinte e a que se registrou a partir de meados dos sessentas. (Marini, 1992, P. 101)

Ainda que para a CEPAL desenvolvimento e dependência são questões ligadas à elevação do nível de vida, democracia real e soberania nacional, Ruy Mauro expõe como preocupantes a competitividade empresarial, com a liberdade de ação dos capitais privados e com a integração subordinada a algum dos blocos econômicos que estão construindo os grandes centros capitalistas. Pois, a América Latina enfrenta pressões que se exercem sobre ela no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes. Sem a criação de espaços econômicos integrados, adequados aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção, jamais atingiremos um grau autônomo e independentizante nas relações de poder. Para Marini,

[...]é necessário um grande esforço para reverter essa situação. Ele passa pela reunião de forças, a fim de se ter o peso suficiente para influir nas decisões internacionais. A integração regional, como base para o relacionamento com os blocos econômicos em formação e com os organismos internacionais, é por isso fundamental. No contexto da economia mundial contemporânea, os projetos estritamente nacionais parecem já não ter cabida, sendo mister buscar a constituição de entidades mais poderosas.(Marini, 1992, P.49)

Mais recentemente a CEPAL reformulou seu pensamento para tratar a integração sob a

formulação do “regionalismo aberto”, ou seja, ultrapassar as fórmulas clássicas dos modelos integracionistas para propor um complexo processo em que os países envolvidos tratam da liberalização do comércio de bens e serviços entre os membros do modelo de integração, mas sem aumentar as barreiras de tal comércio frente a terceiros, dentro dos compromissos jurídicos adquiridos por força da Organização Mundial de Comércio (OMC).

É evidente que esse resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica signifique também, avançar no processo de integração política.

[...] Chegamos ao ponto em que nossa sobrevivência como latino-americanos depende de nossa habilidade para construir novas super-estruturas políticas e jurídicas, dotadas da capacidade de negociação, resistência e pressão que se requer para ter efetiva presença ante os super-Estados que existem já ou que estão emergindo na Europa, na Ásia e na própria América. (Marini, 1993, P. 144-145).

Somente através de uma base sólida e solidária é possível construir uma sociedade internacional equitativa, que implique na democratização dos organismos internacionais que a regem. No artigo publicado no *Correio Braziliense*, com o título de *Desenvolvimento e dependência* em 1992, Ruy Mauro explana que “A verdadeira integração econômica só será possível com a delegação de atribuições estatais a órgãos supranacionais, em maior ou menor grau, desde a política tarifária, monetária e fiscal, até as que se referem às questões laborais, educacionais e culturais”.

A partir da atual configuração mundial baseada na crise estrutural econômica dos EUA, alternativas progressistas começam a promover mudanças focadas no desenvolvimento cooperativo entre os países, diminuindo assim as relações de dependência. Na mesmo artigo publicado no *Correio Braziliense* Marini questiona, “a integração latino-americana, como arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento, não pode ser vista como algo que interessa somente ao governo, aos empresários e à economia. Ela tem que ser entendida como uma grande empresa política e cultural, capaz de convocar à participação ativa todos os setores do povo”.

Capítulo 2 – A Integração Latino-americana na perspectiva da Teoria da Dependência

2.1 A alternativa latino-americana

Inicialmente nos 1950 e 1960 a CEPAL considerou a deterioração dos termos de intercâmbio como um dos principais problemas para o desenvolvimento da região, propondo conceitos para explicar a relação entre países com maiores e menores graus de desenvolvimento. Eram os mecanismos econômicos da divisão internacional do trabalho que impediam a transferência do progresso técnico e os ganhos de produtividade para a periferia.

Nos 1970 partindo da análise da economia mundial e da inserção da América Latina nesse contexto, a Teoria da Dependência constatou que a existência do intercâmbio desigual entre as economias latino-americanas e as economias centrais não se tratava apenas da deterioração dos termos de intercâmbio da formulação cepalina, mas sim que as,

[...] nações com menor grau de produtividade e, portanto, com menor composição orgânica do capital, a saber as nações dependentes, transferem mais-valia, no processo de intercâmbio, para as nações desenvolvidas, que possuem maior grau de produtividade. Além disso, com a forte presença do capital estrangeiro em seu interior, transferem mais-valia por meio da remessa de lucros e de encargos financeiros da dívida externa.(Souza, 2013, P.2)

A partir dos 1980, para a CEPAL, mais especificamente com a criação do MERCOSUL, a integração regional passa a ser vista como um meio de proteção e de fortalecimento das economias regionais para garantir uma inserção mais segura e uma competitividade global em condições mais igualitárias. O novo conceito reelaborado para a integração regional ganha corpo, e a partir dos 1990 é apresentado como “Regionalismo Aberto”.

O Regionalismo aberto vê a integração como uma etapa no processo de liberalização da economia, vê o mercado comum como meio de superar o modelo de industrialização através da substituição de importações, de diversificar a estrutura produtiva e de diminuir a vulnerabilidade externa.

[...] um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente. (CEPAL 1994, p.14)

Segundo Corazza, na prática, o “regionalismo aberto” promoveu a abertura, a liberalização, a privatização, as reformas estruturais de cunho liberalizante e as políticas macroeconômicas propostas pelo Consenso de Washington e implementadas na América Latina, nos anos 1990. (Corazza, 2006, P.148). Assim, pode-se dizer que a CEPAL adotou um discurso liberal tingido por teses estruturalistas.

Corazza ainda afirma (Ibid., P.149) que o “regionalismo aberto”, em sua linguagem ambígua, introduziu não apenas mudanças, mas rupturas na linha histórica do pensamento da CEPAL, tanto no que se refere à inserção da América Latina na economia internacional como em relação ao papel do Estado.

No mesmo tempo, Ruy Mauro Marini se contrapunha a essa tese. Por meio do livro *América Latina: dependência e integração*, o autor defende sua própria concepção para integração;

Neste contexto, a América Latina tem, primeiro, que – enfrentando as pressões que se exercem sobre ela, no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes – promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. Isso não pode entender-se, porém, como ocorreu na década de sessenta, como simples agregação de espaços econômicos relativamente dinâmicos, pequenas ilhas no oceano de subdesenvolvimento em que se submerge a região. Pelo contrário, supõe a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição de renda. É evidente que esse resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica signifique, também, avançar no processo de integração política, apontada em direção a um Estado supra-nacional. As atuais discussões sobre a reforma do Estado, que se desenvolvem em todos os países da região, não chegarão a bom termo se não partem da noção de que o antigo ideal bolivariano encontra-se reatualizado pela própria vida e que, mais além dos dados geográficos, históricos e econômicos, nenhum país latino-americano é, hoje, viável isoladamente. Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como

brasileiros, mexicanos, chilenos, argentinos depende da nossa habilidade para construir novas super-estruturas políticas e jurídicas, dotadas de capacidade de negociação, resistência e pressão que se requer para ter efetiva presença ante os super-Estados que existem já ou que estão emergindo na Europa, na Ásia e na própria América. (Marini, 1992, p.145)

Nessa nova fase, a partir das bases da teoria da dependência, Marini dedica-se a elaboração de preceitos de promoção da “incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo”. Buscando a elaboração de um processo de mudanças profundas que abalem a velha estrutura política, econômica e social colonial, em um modelo em que a integração e a cooperação continental sejam pré-requisitos para o desenvolvimento.

2.2 Integração e Inserção Internacional

A internacionalização dos fundamentos do Consenso de Washington de abertura comercial e financeira, privatização, sobrevalorização cambial, taxas de juros apreciadas e desregulamentação dos mercados de trabalho condicionou a renegociação de nossas dívidas externas, criando uma arquitetura pautada na desnacionalização e nos déficits comerciais. Sendo assim a ideia de inserção internacional contida nas propostas de abertura indiscriminada da América Latina através do desmonte acelerado dos mecanismos de proteção, com estrito apego às chamadas forças livres do mercado, criou limitadas zonas de preferência alfandegária e processos de negociação em bloco, como é o caso do MERCOSUL.

O MERCOSUL não representou os preceitos elaborados por Marini em *Dependência e Integração*, pois destinava-se mais a competir do que a cooperar: conforme disposto no seu artigo 1º, do Tratado de Assunção, que criou oficialmente o MERCOSUL, os países-membros comprometem-se a promover a livre circulação de bens e fatores produtivos, bem como o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômicos e comerciais regionais e internacionais. Ou seja, como orienta Nilson Araújo de Souza, na competição fortalecem-se as empresas mais fortes sediadas nos países mais fortes, em detrimento das empresas mais frágeis, sediadas nos países mais frágeis. Esse processo poderia levar à desintegração, ao invés da integração, à medida que, ao destruir ou debilitar as economias mais débeis, reduziria sua capacidade de compra, e conseqüentemente,

as possibilidades de intercâmbio intra-regional. (Souza, 2013, p.4)

Ao ultrapassar as fórmulas clássicas dos modelos integracionistas para propor um complexo processo onde os países envolvidos tratam da liberalização do comércio de bens e serviços entre os membros do modelo de integração, mas sem aumentar as barreiras de tal comércio frente a terceiros, dentro dos compromissos jurídicos adquiridos por força da Organização Mundial de Comércio, Corazza salienta, que o processo de integração regional do MERCOSUL se orienta por dois movimentos: primeiro, a liberalização do comércio interno, com o objetivo específico de expandir os mercados nacionais de cada país, promover uma certa especialização através da complementação dos diferentes setores da economia, da redução dos custos de produção e dos ganhos de economia de escala, e, em segundo lugar, o estabelecimento de um grau de proteção externa e o aumento da competitividade internacional dos países integrantes do bloco econômico. (Corazza 2006, P. 144-145).

Ainda no artigo publicado por Marini no Correio Braziliense, explana-se,

[...]desenvolvimento e dependência, tanto para a CEPAL como para a teoria da dependência, eram questões ligadas à elevação do nível de vida das maiorias, à defesa da democracia e das liberdades cidadãs e à luta pela soberania nacional. As idéias que tomaram seu lugar preocupam-se principalmente com a competitividade empresarial, com a liberdade de ação dos capitais privados e com a integração subordinada a algum dos blocos econômicos que estão construindo os grandes centros capitalistas (Marini, 1992).

No contexto do “regionalismo aberto” abarcado aos preceitos neoliberais, cabe ao Estado apenas um papel de coadjuvante do mercado, porém, segundo Nilson Araújo de Souza, a proposta de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) visava a constituição de uma área de livre comércio envolvendo 34 países do continente. Desde que foi lançada na I Cúpula das Américas, em 1994, até a Terceira Cúpula, em 2002, foram realizadas várias reuniões ministeriais entre os países, preparando o processo negociador.

Segundo Moniz Bandeira, o projeto da ALCA seria a revivificação, como corolário econômico e comercial, da doutrina Monroe, que propugnava “a América para os Americanos”. (Bandeira, 2004, p. 119). No entanto, com a chegada de governos progressistas a partir de 1999, o projeto passa a sofrer grandes contestações.

Qual quer intento de integração latino-americana genuinamente *alternativo* tem de levar em conta os riscos de se reproduzirem os mecanismos da divisão regional do trabalho, que acarretaria no aprofundamento da especialização produtiva de alguns países conforme a hegemonia de um ou outro país no interior do mesmo processo. (Seabra, 2003, P.454)

A agenda de negociação da ALCA incluía não só a remoção de obstáculos ao comércio de bens, mas a fixação de regras para serviços, propriedade intelectual e investimentos governamentais. Formulada basicamente pelos Estados Unidos o objetivo era o de baratear suas mercadorias a fim de melhorar suas exportações e proteger sua economia encarecendo em território nacional as mercadorias estrangeiras. A alternativa neoliberal de integração buscava avançar através do livre comércio e das orientações do mercado. Essa opção defende os benefícios das especializações como forma de garantir a maior eficiência na distribuição dos recursos, de renda e bem-estar entre os países.

Esse modelo associado a teoria das vantagens comparativas do comércio internacional, de David Ricardo, mais traria ameaças do que oportunidades aos países da região, fazendo com que, em virtude da concorrência dos Estados Unidos, produtos exportados, principalmente nos setores manufatureiros, ou seja, máquinas e equipamentos, automóveis, celulose e produtos químicos, perdessem competitividade, reduzindo-se e desenvolvendo o subdesenvolvimento das economias latino-americanas.

Nos últimos anos da década dos 1990, a crise econômica e política e o avanço da ALCA certificaram as análises dependentistas na medida em que evidenciaram que a relação entre os países em que o capitalismo estava instalado e em pleno desenvolvimento e os demais, que embora possuindo riqueza em matérias primas não dispunham de capital próprio para explorá-las, era uma relação parasitária. Segundo Marini,

La crisis y el estancamiento económico a que ingreso America Latina y la nueva ofensiva imperialista de Estados Unidos sobre la región, lanzada por el gobierno de Reagan a principios Del periodo, al tiempo que bloquearan a las políticas de afirmación del poder nacional, que implementaban los países latinoamericanos mas desarrollados, obligaran a la reunión de esfuerzos, mediante la política de concertación, y han puesto de nuevo en primer plano la cuestión de la integración regional. Pero ese latinoamercianismo renovado se configura em el contexto de una realidad mundial profundamente modificada por la formación de los grandes bloques económicos hegemonizados por los centros imperialistas, la crisis del mundo socialista y la emergencia de um orden internacional que contrapone con singular

nitidez um reducido grupo de nación es privilegiadas al resto de la humanidad. En este contexto, America Latina – enfrentando a las pressiones que se ejercen sobre ella, en el sentido de dilacerarla y de proceder a la anexión en separado de sus partes – tiene que promover la creación de un espacio económico mas amplio, capaz de adecuarse a los requerimientos derivados de las modernas tecnologías de producción (Marini, 1993).

Como resultado do insucesso das medidas neoliberais ascenderam ao poder novas forcas políticas que buscavam resgatar projetos nacionais pautados na mobilização popular.

2.3 Integração popular

As origens do pensamento da unidade da América Latina se encontram nesse continente desde o momento em que se desperta a consciência de permanência e de luta contra a dominação direta de Portugal e Espanha. Longe de se ter uma visão romantizada, Bolívar, que liderou a fundação da Gran-Colombia e da Venezuela, propunha transformar o Novo Mundo em uma só nação, estabelecendo uma união fraternal dos povos em um governo comum, com objetivos de enfrentar a dominação e a colonização e estabelecer uma nova história pautada na unidade e integração popular.

A estratégia de uma América Latina *una*, nasce no fortalecimento das lutas pelas independências, em que a sobrevivência como latino-americanos depende de nossa habilidade para construirmos novas superestruturas, aspirando à conformação de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Para que a Integração cumpra o seu papel de independentização, não mais apenas nas relações entre colônia- metrópole, é necessário assumir a promoção da incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, educação, ao trabalho e ao consumo,

A integração deve deixar de ser um mero negócio, destinado somente a assegurar áreas de investimento e mercados, para converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana. Isso supõe que operários, estudantes, intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países latino-americanos forjem os instrumentos hábeis para a uniformização de suas demandas e para a coordenação de suas lutas no plano reivindicativo e da legislação laboral, da política educacional e das plataformas programáticas, e se empenhem na inclusão de

representantes seus nos órgãos existentes ou por criar no marco do processo de integração. (Marini, 1992).

A integração latino-americana defronta-se com o desafio da inclusão cultural, pois é fato o grande número de distintas identidades culturais entre os povos da região. O desafio é o de integrar sem que uma cultura prevaleça à outra, isso se torna possível a partir do reconhecimento e da valorização cultural.

Para Marini, a integração regional, como base para o relacionamento com os blocos econômicos em formação e com os organismos internacionais, é fundamental. No contexto da economia mundial contemporânea, os projetos estritamente nacionais parecem já não ter cabida, sendo necessário buscar a constituição de entidades mais poderosas. (Marini, 1993)

A cultura não representa uma entidade, mas pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos, crenças, artes, leis, costumes e moral ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade se configura em um dos maiores patrimônios sociais. O acesso aos valores e tradições culturais pode ser adotado como ação estratégica para o incremento das atividades de integração popular, cujo impacto se estenderia tanto aos Estados – enquanto atividade – quanto à população.

A integração pode favorecer expressivamente a inclusão social por meio da valorização e divulgação das práticas culturais de distintas sociedades, compreendendo-se ações relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais das culturas latino-americanas.

Segundo Nilson Araújo de Souza, é importante que cada povo ou etnia, ao mesmo tempo em que valorize sua cultura, conheça e valorize a cultura do "outro", que simultaneamente é parte do "nós". (Souza, 2012. P. 124.)

É evidente que para os diversos blocos regionais que têm se apresentado, entre eles o MERCOSUL, a integração econômica é a peça essencial de seu projeto, desde a qual se potencializará o desenvolvimento econômico e social dos países membros. Esta visão economicista da integração e do desenvolvimento baseia suas ideias na prioridade da rentabilidade, do crescimento econômico e no aumento da produção e do comércio. Se pensarmos em países em desenvolvimento, em especial os da América do Sul, não se trata apenas de melhorar a economia, mas sim, de torná-las estáveis e sustentáveis a longo prazo e

em uma clara direção de justiça social. Ao contrário, a integração econômica, no caso de obter a otimização das economias internas, pode unicamente acentuar os abismos sociais e obter resultados a curto prazo.

A integração econômica, em qualquer de seus níveis, se baseia em alguns pontos específicos, tais como liberdade de circulação de bens e fatores de produção, a existência de discriminação de fronteiras, assim como a criação de instrumentos, instituições e acordos políticos que limitem em certa medida o uso independente de certos instrumentos da política econômica, a fim de gerar estabilidade e continuidade aos processos.

É importante compreender que a integração econômica não é um fim em si mesmo, se não um meio para conquistas de desenvolvimento econômico e social dos países que integram um bloco. Assim é parte de um projeto de desenvolvimento, e não a única via para realizá-lo nem de integrar-se. Porém, o êxito nas políticas de integração econômica não é algo seguro e muito menos *a priori*. Nem o êxito de um país está assegurado por ser integrante de um bloco regional, nem um país pode ter êxito econômico sem integrá-lo.

Sendo as vantagens para o futuro questionadas, a integração econômica não pode entregar-se às forças do mercado, e sim deve ser parte de uma ação planejada do estado, como parte de um projeto de si mesmo. Assim a maioria dos blocos é apoiada e criada por razões políticas, mais além dos benefícios que esperam de si mesmo.

Cabe perguntarmos que outras alternativas na integração existem e como auxiliariam no desenvolvimento social. Como resultado do desenvolvimento capitalista, se tem dado um grande enfoque no desenvolvimento tecnológico dos sistemas de informação e comunicação, mudanças radicais no sistema econômico e financeiro. Porém, o conhecimento figura como fator chave para a produção e o avanço da tecnologia, que junto com o capital é essencialmente móvel e por tanto de escala global. Assim o conhecimento é cada vez mais importante para o desenvolvimento de um país ou bloco regional.

O desenvolvimento cultural e educativo, assim como sua integração se convertem em importantes ferramentas para o futuro, cumprindo um papel essencial na divulgação e criação do conhecimento. Também é necessário para realizar uma visão crítica e constante desses processos, propondo mudanças e estratégias.

Capítulo 3 – A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América

3.1 A Alternativa Bolivariana de Integração Regional

No contexto que se intensifica o debate a respeito dos modelos de integração aplicados pelos blocos e instituições regionais, a exemplo do MERCOSUL e seu regionalismo aberto, novas propostas surgem procurando superar modelos tradicionais de integração, como é o caso na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), aprovada em setembro de 2005 em Brasília, e a Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA), que se regulamenta também em 2005, quando os governos venezuelano e cubano consolidam seu programa de integração via cooperação. (SOUZA, 2013, P. 161)

No marco da III Cúpula dos Povos, realizada em 2005 em *Mar Del Plata* no Uruguai, movimentos políticos e sociais consideram a derrota efetiva da ALCA, reconhecendo o caráter do expansionismo estadunidense na região. Sendo assim, as possibilidades de avanço nos processos de integração tornam-se maiores, dado o processo de declínio da política imperialista.

Porém, para Severo, a rejeição à proposta de anexação (ALCA) não era um consenso.

Enquanto alguns países levantaram a possibilidade de continuar as discussões sobre a ALCA, as intervenções de Chávez, Lula, Tabaré Vázquez e Kirchner barraram essa ideia. A posição ativa dos líderes sul-americanos foi expressa da seguinte forma no documento: “Ainda há não condições necessárias para um acordo de livre comércio equilibrado e justo, com acesso efetivo dos mercados, livres de subsídios e práticas de comércio distorcidas e que tome em conta as necessidades e as sensibilidades de todos os sócios, assim como as diferenças nos níveis de desenvolvimento e no tamanho das economias”. (Brasil de Fato, 2013).

A constituição da ALBA nasce então como uma contraproposta ao modelo da ALCA, que segundo os governos venezuelano e cubano representava uma efetiva e maior dominação estadunidense na região. Assim, o primeiro contraponto à ALCA se assenta no respeito à soberania dos países, propondo a construção de um mundo multipolar e o fortalecimento do eixo Sul-Sul e de integração da América Latina. Assim a ALBA não foi constituída com critérios mercantilistas nem de interesses empresariais, mas sim com vistas ao benefício dos estados e seus povos.

Proposta pelo presidente venezuelano Hugo Chávez Frias na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe (AEC), realizada em 2001, *El Comandante* aspirava à transformação das sociedades latino-americanas fazendo-as mais justas, participativas, solidarias e integradas.

[...] Dejamos claro que si bien la integración es, para los países de la América Latina y el Caribe, una condición imprescindible para aspirar al desarrollo em medio de la creciente formación de grandes bloques regionales que ocupan posiciones predominantes em la economía mundial, sólo una integración basada em la cooperación, la solidaridad y la voluntad común de avanzar todos de con su no hacia niveles más altos de desarrollo, puede satisfacer las necesidades y anhelos de los países latinoamericanos y caribeños y, a la par, preservar su independencia, soberanía e identidad. (ALBA, 2004)

3.2 Constituição e atuação

Para efeito de análise da atuação da ALBA, atentaremos aos documentos, declarações e acordos do bloco. Tais documentos se voltam para a saúde, educação, energia, cultura, infraestrutura, economia, tecnologia, etc.

A primeira cúpula ocorre em Havana no ano de 2004, onde é considerado o processo histórico de integração da America Latina e do Caribe, e constatado que longe de se responder aos objetivos do desenvolvimento independente e de complementaridade econômica regional, os projetos de até então (integração) têm se servido de mecanismos para o aprofundamento da dependência e da dominação externa. (ALBA, 2004, P.02).

Já no preâmbulo da Declaração, os estados-membros anunciam como objetivo da criação do novo bloco

[...] uma integração baseada na cooperação, na solidariedade e na vontade comum de avançar todos juntos para níveis ainda mais elevados de desenvolvimento, podendo satisfazer as necessidades e anseios dos países latino-americanos e caribenhos, ao passo que preservam sua independência, soberania e identidade (ALBA, 2004).

A segunda cúpula, que o correu em abril de 2005, findou a elaboração e aprovação do Plano Estratégico para aplicação da ALBA, em cumprimento do artigo 3, que estabeleceu,

[...] Ambos países elaborarán un plan estratégico para garantizarla más beneficios a complementación productiva sobre bases de racionalidad, aprovechamiento de ventajas existentes en una y otra parte, ahorro de recursos, ampliación del empleo útil, acceso a mercados u outra consideración sustentada en una verdadera solidaridad que potencie las fuerzas de ambos países". (ALBA, 2005).

Este plano contemplava diversas ações como,

- A. Inauguração na Venezuela de 600 centros de diagnóstico integral; 600 salas de reabilitação e fisioterapia, 35 centros de alta tecnologia em saúde. A formação de 40 mil médicos e 5 mil especialistas em tecnologia da saúde.
- B. A formação em Cuba de 10 mil bacharéis em medicina e enfermagem para programas como *Barrio Adentro II*.
- C. *La Mission Sucre* para a universalização da educação superior
- D. *La Misión Vuelvan Caras* para a formação de operários especializados e com acesso a novas fontes de trabalho,
- E. A inauguração da *Oficina de Petróleos de Venezuela S.A.* em Havana, com o objetivo de exploração, refino, importação, exportação e comercialização de hidrocarbonetos e seus derivados, bem como seu transporte e armazenamento,
- F. A inauguração de uma filial do *Banco Industrial de Venezuela* em Havana, e a aprovação da abertura do banco exterior de Cuba em Caracas, incentivando e sustentando as relações econômicas e o comércio bilateral entre os dois países.
- G. A isenção do pagamento de taxas aduaneiras por produtos de origem venezuelana para Cuba, através das resoluções No. 26 y 27 do ministério de finanças e preços, a qual exime o pagamento de impostos sobre utilidades a empresas proprietárias e possuidoras de barcos de bandeira venezuelana, que participem de transporte de passageiros e cargas. (ALBA, 2005).

Entre ações como o processo de identificação de 11 novos projetos para o estabelecimento de empresas mistas e de modalidades de complementação, também foram firmados acordos como o memorando para o estabelecimento de uma aliança estratégica para o desenvolvimento siderúrgico da Venezuela, as cartas de intenção para a constituição de negócio conjunto para o melhoramento da infraestrutura ferroviária de ambos países, o fomento à integração na área de transporte marítimo, a constituição de uma empresa binacional para promover o desenvolvimento agrícola, criação de empresa mista cubano- venezuelana para a produção de artigos esportivos e outra para o transporte de combustível. (ALBA, 2005).

Ainda em 2005, é criada a PETROCARIBE, um acordo de cooperação energética assinado inicialmente por 14 países, que leva como objetivo uma aliança em que os países caribenhos comprem o petróleo venezuelano em condições de pagamento preferencial em uma escala de financiamento na qual se toma como referência o preço do petróleo cru. Hoje são 18 países signatários do acordo de cooperação. (PETROCARIBE, 2005).

Com a criação da PETROCARIBE, firma-se o fundo ALBA - Caribe para o Desenvolvimento Econômico e Social. Destinado ao financiamento de programas sociais e econômicos com aportes provenientes de instrumentos financeiros de parte da fatura petrolífera e por poupança produzida no comércio direto entre os países. Assinaram este acordo os representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, Suriname e Venezuela. Porém, nem todos os países que assinaram o acordo de criação deste órgão compõem a ALBA, não excluindo essa possibilidade.

A terceira cúpula, realizada em abril de 2006, contou com a adesão do Estado Plurinacional da Bolívia, e a assinatura do Tratado de Comércio dos Povos (TCP), um documento que buscava impulsionar os intercâmbios de bens e serviços a partir de mecanismos não mercantis, o que amenizaria as assimetrias existentes na região assegurando a eliminação das desigualdades sociais e ampliando a qualidade de vida das populações. (ALBA, 2006).

A quarta cúpula é realizada em janeiro de 2007 na Nicarágua, a qual incorpora-se a ALBA. Ademais, são desenhados os projetos que serão a linha de ação da ALBA, nas áreas de educação, cultura, comércio, finanças, alimentação, saúde, telecomunicações, transporte, turismo, recursos minerais, indústria e energia. Ainda, é firmado o acordo para a criação do Banco da ALBA.

A quinta cúpula, realizada em 2007, serviu para firmar oito acordos políticos, econômicos, comerciais e culturais. Entre eles, ressaltou-se a decisão de erradicar o analfabetismo em um prazo máximo de três anos entre os países do bloco, utilizando o método cubano de alfabetização conhecido como “Yo sí puedo”. Também se discutiu o lançamento de uma televisão comunitária (ALBA TV), a criação de casas de cultura em cada país membro, reformular e ampliar a cobertura da Telesur, e fomentar o resgate das culturas afro descendentes e dos povos originários.

As diversas áreas de integração, referenciadas nos documentos oficiais, são

reclassificadas como projetos gramnacionais, designação associada à concepção de Pátria Grande, formulada por Simon Bolívar.

[...] El ALBA se sustenta em los principios de solidaridad, cooperación genuína y complementariedad entre nuestros países, en el aprovechamiento racional y em función del bienestar de nuestros pueblos, de sus recursos naturales –incluído su potencial energético-, em la formación integral e intensiva del capital humano que requiere nuestro desarrollo y em atención a las necesidades y aspiraciones de nuestros hombres y mujeres (ALBA, 2005).

A sexta cúpula se realiza em janeiro de 2008 com a adesão da *Mancomunidad de Dominica*. Nesta cúpula é instalado o conselho dos movimentos sociais da ALBA, um espaço de participação popular que reconhece os povos como o motor de unidade, além do Banco da ALBA, um organismo de direito internacional público de caráter financeiro, com personalidade jurídica própria. (Banco Del ALBA, 2014). Também se estimula os estudos para a criação de uma moeda, como forma a facilitar as transações financeiras entre os integrantes do bloco.

[...] Se está consolidando por parte dos técnicos uma moeda comum, uma câmara de compensação, um fundo que permita alternativas distintas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial para sustentar e levantar nossas economias em meio aos problemas futuros (ALBA, 2008).

O Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE) é pensado como uma unidade de conta como mecanismo de facilitação de comércio, não sendo uma moeda circulante. Utilizado pelos bancos centrais como forma de registrar e contabilizar o intercâmbio comercial, possibilitando que os pagamentos entre os países não sejam realizados em dólar. O SUCRE tem o papel de estimular o intercâmbio comercial entre os membros da ALBA, que atualmente é limitado.

Para Severo o SUCRE

No es un fin sino un médio para garantizar mayores recursos financieros y menos vulnerabilidad externa em los países del ALBA. Cada dólar economizado en el comercio intraregional podra ser utilizado en proyectos de modernización productiva, complementación económica, mejora de la calidad de vida de las poblaciones y obras de infraestructura para integración física. (Severo, 2010).

De forma a convocar imediatamente o conselho de ministros da ALBA, instituíram um grupo de trabalho com o objetivo de trabalhar em um documento constitutivo de uma empresa Gramnacional de alimentos, assim como seu plano de ação imediata.

Segundo o documento, *¿QUÉ ES EL ALBA - TCP?* do próprio bloco, o conceito Gramnacional possui três fundamentos: Histórico e geopolítico, socioeconômico e ideológico. Abarcando desde projetos político, social, cultural, econômico, científico e industrial ate qualquer outro âmbito que possa ser incorporado. Sua dinâmica econômica se orienta a privilegiar a produção de bens e serviços para satisfação das necessidades humanas, rompendo com a lógica de acumulação de capital. Ou seja, surgem como antítese ao sistema das empresas transnacionais. (ALBA, 2014).

Na sétima cúpula, realizada em outubro de 2007 na Bolívia, foi aprovada uma declaração sobre os direitos da terra, iniciativa do presidente Evo Morales. Tal declaração foi defendida pelos países do bloco na Conferência das Nações Unidas sobre a mudança climática no mesmo ano. (Declaración de la VII Cumbre del ALBA – TCP , 2009)

Sendo assim, desde sua criação, a ALBA constitui um bloco dinâmico e inovador, onde conta com uma estrutura orgânica baseada em um conselho de presidentes, órgão máximo de decisões, porém, todas as resoluções findam-se pelo consenso dos membros.

Também compõe a estrutura do bloco um conselho de ministros, constituído nas áreas, políticas, social e econômica, Conselho Ministerial Político, Conselho Ministerial para os Programas Sociais e Conselho Ministerial de Complementação Econômica. No mesmo nível hierárquico de conselho de ministros, encontra-se o Conselho de Movimentos Sociais.

Ademais, existem câmaras técnicas com grupos de trabalhos permanentes que promovem o diagnóstico, elaboração, execução e andamento de projetos estabelecidos por áreas.

3.3 Avanços da integração pela ALBA

Dentre tantos processos, a iniciativa da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América destaca-se por expressar ideais progressistas que promovem mudanças focadas no desenvolvimento cooperativo entre os países, diminuindo assim as relações de dependência.

Para Marini, “a integração latino-americana, como arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento, não pode ser vista como algo que interessa somente ao governo, aos empresários e à economia.”, eis o papel liderado por esse bloco.

Expressa no antagonismo de projetos históricos de integração (o Bolivarianismo desde a Carta da Jamaica, de 1815 repudia a intromissão estrangeira nas nações americanas e a dominação econômica, propondo principalmente a união dos países latino-americanos, enquanto o projeto Monroísta em síntese propunha a dominação e subordinação em relação aos Estados Unidos da América - “América para os americanos”), a ALBA é uma proposta pensada para os povos e pelos povos, centradas na unidade de mobilização popular, por meio da solidariedade e da complementação, respaldando a simbólica Pátria Grande do libertador Simon Bolívar.

Desde que o projeto foi lançado pelos governos venezuelano e cubano, o bloco tem crescido significativamente. Uma consequência deste projeto é a PETROCARIBE, que tem se convertido em uma fonte de financiamento importante para a região. Este acordo permite que os países que o integram comprem até 185 mil barris de petróleo por dia. De maneira a funcionar no sentido de que, seu país gasta cem milhões de dólares por ano, 50% serão pagos de maneira imediata e os outros 50% restantes em longo prazo. (ALBA, 2014)

De acordo ainda com informes publicados pelo site oficial da ALBA, desde o início das operações comerciais, foram operados 200 bilhões de dólares entre os países membros, (ALBA, 2014) a cifra equivale a 1 bilhão e 600 milhões de SUCRE. Isso demonstra que a moeda única tem se posicionado e tem apresentado bons resultados. Este sistema ajuda a fortalecer o comércio e a parte produtiva da região. À medida que a complementaridade cresce, maior é a utilidade do mecanismo. O desafio é criar simetrias e impulsionar processos complementários de desenvolvimento econômico.

A Venezuela em virtude da cooperação cubana, tem instrumentado as denominadas "Misiones", as quais obtiveram ótimos resultados em matéria de alfabetização, assistência médica e sanitária.

A “Misión Milagro Internacional” é um desses resultados; segundo o site oficial do bloco, República Dominicana, El Salvador, Honduras, México, Guatemala, Paraguai, Uruguai, Perú, Costa Rica, Chile, Guiana, Colômbia, Argentina são alguns dos países que têm sido beneficiados por esse programa. Desde o ano de 2006 a 2013, um total de 5 mil 670 pacientes

salvadorenses foram operados de graça por esse projeto humanitário, proposto pelos governos de Cuba e Venezuela, e iniciado em 2004.

Na evidente necessidade de difundir, divulgar, debater e transmitir seus próprios conteúdos sem ingerência externa foi criada em 2005 junto aos governos de Cuba, Argentina e Bolívia, um canal comunicacional alternativo com o objetivo de promover a luta dos povos latino-americanos pela paz, autodeterminação e respeito pelos direitos humanos e de justiça social. A *Televisora del Sur* (TELESUR) não tem fins comerciais, oferece programas educativos, de debate, de entretenimento e filmes. (TELESUR, 2014). Somente na área cultural, firmou-se um programa de cooperação cultural, entre serviços editoriais, cinematográficos e desenvolvimento de discografias, além da sinalização da criação de uma empresa conjunta de indústrias culturais.

Todas essas ações e iniciativas contribuem progressivamente a fortalecer o processo de integração incentivado por Marini,

[...] para que a integração cumpra esse papel de fortalecer a independência da região e assuma essa característica de promoção da “incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo”, “há, por certo, uma questão ainda mais relevante: retirar-lhe o caráter de competência exclusiva dos governos e da burguesia, através de uma maior iniciativa e controle por parte das forças populares, que dependem da coordenação de esforços no plano sindical, social e cultural, assim como partidário e parlamentar. (Souza, 2014)

O projeto permite a participação popular na construção da ALBA, sendo ela um espaço de unidade solidária dos povos latino-americanos, como expressa o documento político da V Cúpula “*en la perspectiva histórica de poder realizar los sueños de nuestros Libertadores, de construcción de la Patria Grande Latinoamericana y Caribeña*”. (ALBA, 2005). A ALBA começa como um modelo cujo objetivo é a luta contra a fome, a pobreza e as desigualdades.

Ainda para Marini,

[...]No contexto da economia mundial contemporânea, os projetos estritamente nacionais parecem já não ter cabida, sendo mister buscar a constituição de entidades mais poderosas. Mas não se pode fazer isso ingenuamente. A verdadeira integração econômica só será possível com a delegação de atribuições estatais a órgãos supra-nacionais, em maior ou menor grau, desde a política tarifária, monetária e fiscal, até as que se referem às questões laborais, educacionais e culturais. (Marini, 1993)

Hoje com uma população de 73 milhões 453 mil habitantes, território de 2 milhões 625 mil metros quadrados e PIB de 669 bilhões de dólares, a ALBA se configura como um órgão supranacional, que se tornou o novo horizonte histórico da América Latina e do Caribe, a partir do qual todas as forças progressistas têm que pensar sua identidade, seus objetivos e suas formas de ação.

Com a entrada da Venezuela no MERCOSUL, necessita-se unir esforços para uma maior conexão entre os membros da ALBA e uma interconexão desta com o MERCOSUL, orientados a gerar uma convergência que promova a compatibilidade entre os dois processos a fim de fomentar a criação de um bloco latino-americano. Porém, tais esforços não devem focar-se meramente nos aspectos econômicos, mas sim em produtividade, ações político-sociais refletindo uma melhora na qualidade de vida das populações. Podemos assim pensar que MERCOSUL e ALBA são processos integracionistas que podem complementar-se com objetivo comum de desenvolver e fortalecer as nações da América Latina e Caribe, eliminando a dependência para com o centro do sistema internacional.

Conclusão

O esforço crítico realizado durante este trabalho buscou, sob a teoria marxista da dependência, compreender o processo de integração em si mesma. Ademais, a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini, buscou-se analisar de que forma a relação de dependência aos países centrais condiciona os processos de integração nos países periféricos.

Pela complexidade da realidade política, econômica, social e cultural da região, podemos observar que quanto maior a dependência menor será o nível de integração; por outro lado, quando mais entram em crise os laços de dependência, mais avançam os processos de integração. Contudo, frente à pesquisa realizada e os dados levantados, pode-se concluir alguns aspectos.

Primeiramente, é fundamental conhecer e, mais ainda, compreender o processo e a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento em todas as suas dimensões - econômica, social, político-jurídica, ideológica e cultural, territorial e étnica - para que seja possível entender e propor caminhos para a integração no continente latino-americano.

Na região as questões do desenvolvimento foram tratadas tradicionalmente pelas ciências econômicas e sociais como uma questão interna aos países, e a questão da integração regional teve como referência o modelo europeu e foi centrada na criação de mecanismos estimuladores da industrialização como veículo da modernização e do crescimento econômico. Tais mecanismos a partir dos 1990 serviram como uma adaptação ao neoliberalismo, quando se abriu mão do Estado, alegando que essa adaptação beneficiaria a incorporação tecnológica e conseqüentemente resultaria em uma maior competitividade internacional. É através do pensamento de Ruy Mauro Marini que podemos perceber que, de todas as teorias de desenvolvimento, a da dependência é a única que acentua a dimensão internacional como contexto que dialoga com as situações de desenvolvimento interno das sociedades latino-americanas, matéria essencial para o estudo e a compreensão das relações internacionais.

Em segundo lugar, tratando da sua grande contribuição para as ciências sociais, destaca-se sua postulação de enfrentar os processos e pressões que visam dilacerar os países latino-americanos e de promover a criação de um espaço econômico capaz de adequar-se aos derivados das modernas tecnologias de produção, formando uma nova economia, baseada na

incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo. Sendo assim, o autor propõe uma integração econômica que não deve ocultar o propósito de alcançar uma maior especialização das economias nacionais, sendo que é necessário complementar para integrar. Sua concepção de integração contra a dependência e pelo desenvolvimento não deve ser algo de interesse apenas econômico e de governo. Ela tem que ser entendida como capaz de convocar à participação ativa de todos os setores do povo na convergência de ações para a política e cultura. A integração deve deixar de ser apenas uma mera negociação, destinada aos mercados, para se converter em um projeto político e cultural.

Em terceiro plano, analisando a constituição da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA, entendemos que o processo de integração que está implementando, expressa, com maior profundidade, as ideias formuladas por Marini sobre a integração latino-americana.

De maneira a fomentar mecanismos de vantagens cooperativas - ao invés das supostas "vantagens competitivas", paradigma das teorias neoliberais -, a ALBA vem integrando economias dissimiles, envolvendo atores econômicos e sociais, como cooperativas, pequenas e médias empresas, priorizando o atendimento de problemas essenciais para a massa da população, como energia, alimentação, moradia, saúde, indústria e meio ambiente.

A ALBA é uma tentativa ambiciosa de integração regional que escapa às lógicas de mercado, pois baseia-se na complementaridade, na cooperação, solidariedade, respeito à soberania dos países, justiça e equidade. Pela via da cooperação, buscam-se corrigir os problemas criados para o desenvolvimento econômico-social da região, agravados pelas formas de integração competitivas vigentes que privilegiam as relações de comércio e a inserção subordinada no mercado capitalista mundial. A integração como via de superação das relações de dependência claramente expressam-se no anti-imperialismo, buscando um desenvolvimento solidário, autônomo e cooperativo.

A análise indica que, nos momentos de reforço da dependência, prevalece a desintegração. Por outro lado, nos momentos em que os países da região chegaram a consolidar algum grau de integração, foi possível aprofundar um processo autônomo.

Para tanto é necessário levar em consideração todas as variáveis e indicadores que, com maior precisão, ajudam a construir o quadro mais realista possível. Sendo assim, é necessário continuar aprofundando as pesquisas e análises sobre a realidade do bloco em questão, bem

como é necessário elaborar diagnósticos das realidades sobre bases de dados comparáveis.

Referências

ALBA, Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra America. Declaración Conjunta entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para La Creación del ALBA. Havana.2004 Disponível em [name=Content&pa=showpage&pid=2060](#). Acesso em: 23 de Maio de 2014.

ALBA, Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra America. I Cumbre, La Habana, Cuba, 14 de diciembre de 2004, Declaración Conjunta Venezuela-Cuba. 2004. Disponível em: <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/289-i-cumbre-la-habana-cuba-14-de-diciembre-de-2004>. Acesso em: 03 de Maio de 2014.

ALBA, Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra America. II Cumbre, La Habana, Cuba, 27 y 28 de abril de 2005. 2005. Disponível em: <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/291-ii-cumbre-la-habana-cuba-27-y-28-de-abril-de-2005>). Acesso em: 23 de Maio de 2014.

ALBA, Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra America. Acuerdo para La aplicación de la Alternativa Bolivariana para los pueblos de nuestra América y el Tratado de Comercio de los pueblos. Havana. Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=516>. Acesso em: 28 de Maio de 2014.

Bambirra, Vania. El capitalismo dependiente en America Latina. 1978. Siglo XXI. México.

Banco del ALBA, El Banco. 2014. Disponível em: <http://www.bancodelalba.org/>. Acesso em: 29 de Maio de 2014.

Bandeira, Luiz Alberto Muniz. As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). 2004, Rio de Janeiro.

Baran, Paul. La economía política del crecimiento Ed. Fondo de Cultura Económica. 1967.México.

Berlink, Manoel Tosta. Marginalidade social e relações de classes em São Paulo. Petrópolis, RJ, 1975. Brasil.

BBC mundo. Celebrancumbre de ALBA-Petrocaribeen Caracas. 13 de diciembre de 2013. Disponível em: www.bbc.co.uk/mundo/ultimas_noticias/2013/12/131217 Acesso em: 28 de Maio de 2014.

Brasil de Fato. Nova arquitetura financeira regional. 29 de Maio de 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13064> Acesso em: 28 de Maio de 2014.

Cardoso, Fernando. Henrique. e Faletto, E. Dependencia y desarrollo en America Latina. Siglo XXI. 1969. México.

CEPAL. Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. La integración económica en servicio de La transformación productiva con equidad. 1994a. Disponível em: www.eclac.org/espanol/textosfund/Cepal6.html Acesso em: 20 de abril de 2014.

CEPAL. Estudio Economico para America Latina. ONU-CEPAL. 1951. Santiago de Chile.

_____. El desarrollo economico de America Latina en la postguerra. 1963. ONU, Nueva York.

_____. Panorama economico de America Latina. ONU. 1986. Santiago de Chile.

Corazza, Gentil. O "regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. 2006. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2114/2496>. Acesso em: 09 de Março de 2014.

Cuba en Debate. Declaración Final de la VIII Cumbre del ALBA. 2010. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2009/12/14/declaracion-final-de-la-cumbre-del-alba/#.U4u7H3LwbId> Acesso em: 20 de Maio de 2014.

D'ávila, Luiz Felipe; Stuenkel, Oliver. O Desafio de Tornar a Política Externa Relevante ao Brasil Nº 3. 2010. São Paulo.

Dos Santos, Teothonio. Socialismo o fascismo: e Inuevo carácter de La dependencia y el dilema latinoamericano. 1972. Buenos Aires.

Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo. Dependencia y subdesarrollo en America Latina. 1969. Mexico.

Cardoso, Fernando Henrique. Política externa: fatos e perspectivas”. Política Externa, II (1), jun., São Paulo, Paz e Terra. 1993. Brasil.

_____. “FH fala das aspirações brasileiras”. O Estado de S. Paulo, I set., p. A10. 1996. Brasil.

Frank, Andre Gunder. Capitalismo y subdesarrollo en America Latina. ,Buenos Aires. 1970. Argentina.

Guimarães, Samuel Pinheiro. Quinhentos anos de periferia. 3. Ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS; Contraponto. 1999. Brasil.

Gracioli, Edílson José. ; Duarte, P. H. E . A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina. In: V Colóquio Marx e Engels, 2007, Campinas. V Colóquio Marx e Engels, 2007.

Kowarick, Lucio. Capitalismo e marginalidade na América Latina (2ª. ed.). 1975. São Paulo. Brasil.

Marini, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia, México D.F., Ediciones Era. 1973. México.

_____. El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile. Ediciones eras. 1976. México.

_____. Dialéctica de La dependencia, Ediciones Era, México, décimo primera reimpressão, 1991. ISBN: 968-411-253-X. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm> Acesso em: 15 de março de 2014.

_____. América Latina: dependência e integração. 1992. São Paulo: Página Aberta. Disponível em:http://www.marini-escritos.unam.mx/020_desenvolvimento_port.htm Acesso em: 15 de junho de 2014.

_____. Desenvolvimento e Dependencia. Correio Braziliense. 1992. Brasilia.

_____. Dos momentos en La integración latinoamericana. 1993. "Texto para El Día Latinoam. y Canadá. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm Acesso em: 12 de Janeiro de 2014.

Martins, Carlos Eduardo. O legado de Ruy Mauro Marini para as Ciências Sociais. 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/02/O-legado-de-Ruy-Mauro-Marini-para-as-Ci%C3%A2ncias-Sociais.pdf> Acesso em: 21 de Fevereiro de 2014.

Mello, Flávia de Campos. O Mercosul e a ALCA. In: ALBUQUERQUE, J. A. G.; São Paulo.

MERCOSUL. 2012. Disponível em: <www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?key=1> Acesso em 24 de junho de 2012.

Nogueira, João Pontes; Messari, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates 6. Ed. Elsevier Editora Ltda. 2005. Rio de Janeiro

Oliveira, Henrique Altemani. de (Org.). A ALCA e os blocos internacionais. FTD, v. 2. p. 59-74. 1998. São Paulo.

OEI, Organização dos Estados Interamericanos. Declaración de la VII Cumbre del ALBA – TCP Cochabamba, Bolivia – 17 de octubre de 2009. 2009 . Disponível em: <http://www.oei.es/cienciayuniversidad/spip.php?article694>. Acesso em: 21 de Maio de 2014.

PETROCARIBE, Acuerdo de cooperación energética PETROCARIBE. 2005. Disponível em: <http://iicumbrepetrocaribe.menpet.gob.ve/>. Acesso em: 21 de Maio de 2014.

Quijano, Anibal. Notas sobre o conceito de marginalidade. Em L. Pereira (Org.), Populações marginais. 1978. São Paulo.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Clacso, pp. 227-278. 2005. Buenos Aires.

Ramina, Larissa. Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Revista Jus Navigandi - ISSN 1518-4862. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17626/area-de-livre-comercio-das-americas-alca>>. Acesso em: 26 Abr. 2012.

Santos, Ulisses P.; O. F. H. PTrês fases da Teoria Cepalina : uma análise de suas principais contribuições ao pensamento econômico latino-americano. 2008. Porto Alegre, p. 4-17. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/images/xicumbrealba/ECOALBA> Acesso em: 21 de fevereiro de 2014.

Seabra, Raphael Lana. O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois. Soc. estado. [online]. 2013, vol.28, n.2, pp. 449-454. ISSN 0102-6992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a13.pdf> Acesso em: 19 de abril de 2014.

Silva, Luisa Maria Nunes de Moura. Imperialismo, Dependência e Estado. Revista Científica (Campo Grande), Campo Grande, MS, v. 4, n.especial, 1989. Brasil.

_____. Globalização, crise e regionalização da economia na América Latina. Revista Científica (Campo Grande), Campo Grande, MS, v. 3, n.2.1996. Brasil.

_____. Nordeste: Desenvolvimento e Responsabilidade Social Empresarial. 1a.ed. Rio de Janeiro: Clássica, v. 1. 2006. Brasil.

_____. Integração e Desenvolvimento da América Latina. Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-Americana. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v. 1, 2008. Brasil.

Souza, Nilson. Araújo. ;Silva, L. M. N. M. E. . Integração contemporânea da América Latina: teoria e prática. Monções, revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 2, 2013. Mato Grosso do Sul.

_____. Teoria da Dependência e Integração. La Espada. Disponível em:<<http://laespadaunila.wordpress.com/2014/02/04/teoria-da-dependencia-e-integracao/>> Acesso em 20 de Junho de 2014.

Souza, Nilson Araujo. América Latina: as ondas da integração. Revista OIKOS, 2012.

_____. A nova ordem econômica internacional. 1a.. ed. São Paulo: Global Editora, 1987, Brasil.

_____. O conflito entre duas estratégias de integração econômica regional. In: SILVA, L.

M. N. M., PINTO, L. F. S. & SOUZA, N. A. Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana. Editora UFMS. 2008. Campo Grande.

_____. Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula. Ed. Atlas. Brasil.

_____. Economia Internacional Contemporânea: Da depressão de 1229 ao colapso de 2008. 2008. Brasil.

_____. Integração econômica sul-americana: trajetória e desafios. Revista Belas Artes. 2010. Brasil.

_____. A longa agonia da dependência - economia brasileira contemporânea (JK/FH). São Paulo: Alfa-Ômega, 2004. Brasil.